

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

DEFICIÊNCIA VISUAL: OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL

Mara Rúbia Guimarães Limaⁱ
Priscila Dantas Fernandesⁱⁱ

Resumo:

O presente estudo objetiva compreender as concepções que regem a deficiência visual analisando as dificuldades e possibilidades de inclusão social dos indivíduos que possuem essa deficiência, como também suas realidades a partir de vivências e experiências durante suas trajetórias de vida. Utilizamos como procedimento metodológico um estudo de caso, de caráter qualitativo. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada e visitas ao CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais). Considerando que todos os seres humanos possuem direitos, que são iguais perante a lei e diferentes enquanto indivíduos e cidadãos, faz-se necessário, portanto, que essas diferenças sejam respeitadas sem discriminação ou exclusão permitindo que todos possam participar ativamente da sociedade a qual estão inseridos.

Palavras-chave: Deficiência visual. Inclusão. Sociedade.

Abstract:

This study aims to understand the concepts that govern visual impairment analyzing the difficulties and possibilities of social inclusion of individuals who have this disability, but also from their realities of experiences during their life trajectories. The methodological procedure used a case study, qualitative. Data were collected through semi-structured interviews and visits to the CAP (Center for the Visually Impaired Educational Support). Considering that all human beings have rights that are equal before the law and different as individuals and citizens, it is necessary, therefore, that differences are respected without discrimination or exclusion so that everyone can participate actively in the society to which they belong .

Keywords: Disability, Visual Disability, Inclusion, society

Introdução

Este estudo foi apresentado como recurso avaliativo à disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva ministrada pela Prof.^a Dr^a. Verônica Reis Mariano. Tem por objetivo analisar as dificuldades e possibilidades de inclusão social dos indivíduos que possuem deficiência visual, como também suas realidades a partir de vivências e experiências durante suas trajetórias de vida.

Com o intuito de ampliar os conhecimentos a respeito da realidade de um deficiente visual, confrontá-la com o que os teóricos dessa área defendem e refletir sobre questionamentos, como: quais os obstáculos, preconceitos e dificuldades que esse deficiente teve no decorrer da sua vida? Como o deficiente visual está inserido (ou não) na sociedade? foi que se desenvolveu esse trabalho.

Para responder nossos questionamentos, utilizamos como recurso metodológico uma pesquisa de caráter qualitativo, pois através deste tipo de pesquisa podemos conhecer melhor os indivíduos, compreender como ocorre a evolução das definições de mundo destes sujeitos, fazendo uso de dados descritivos provenientes de registros e anotações pessoais, de falas das pessoas e de comportamentos observados (SILVA, 1996).

Optamos pelo estudo de caso, já que este tipo de pesquisa se propõe a compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Assim, Yin (1994) define estudo de caso com base nas características do fenômeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Entendendo que, através desta abordagem, podem ser produzidos dados descritivos que permitirão ver o mundo de acordo com a visão dos sujeitos estudados.

No intuito de responder aos nossos questionamentos, foi realizada também entrevista semi-estruturada, com uma deficiente visual e três visitas ao CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais) e, o seu desenvolvimento ocorreu em duas etapas, na primeira foi realizada uma entrevista semi-estruturada através de um breve roteiro e na segunda ocorreu através de conversas informais.

Para tanto, a entrevista adquire bastante importância no estudo de caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências já que ela “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. (BOGDN e BIKLEN, 1994, p.134).

Neste sentido, o depoimento nos possibilitou analisar alguns obstáculos, preconceitos e dificuldades que esta deficiente visual se deparou ou se depara perante a sociedade.

Deficiência Visual

Um dos cinco sentidos do nosso corpo é a visão. É ela que possibilita a compreensão e interpretação do mundo através da capacidade visual. A perda ou redução e/ou comprometimento dessa capacidade gera a deficiência visual. Quando essa deficiência é total, chamamos de cegueira, já quando o quadro é de redução da visão chamamos de visão subnormal ou baixa visão.

Albinismo (sensibilidade a luz), Anirídea (ausência ou má formação da íris), Catarata (embaçamento da visão), Glaucoma (aumento anormal da pressão intra-ocular), Estrabismo (desalinhamento dos olhos), são algumas das causas congênitas da deficiência visual. Já Ambliopia, Astigmatismo, Retinoblastoma e Deslocamento de retina, são exemplos de causas adquiridas da deficiência visual.

A identificação da deficiência visual em recém-nascidos pode ser feita quando se observa que o bebê não procura fontes de luz, não acompanha visualmente objetos e pessoas, não responde a estímulos movimentando partes do corpo, não retribui aos sorrisos e não olha e nem usa as mãos. Nas crianças, a identificação pode ser percebida em comportamentos, quando a criança não pega objetos caídos no chão, tropeça ou derruba objetos ao caminhar, quando aproxima objetos dos olhos e não apresenta expressões faciais.

Algumas precauções podem ser tomadas antes e durante a gestação, antes, através de exames genéticos, laboratoriais e vacinação e durante, através do uso de álcool, tabaco e/ou qualquer tipo de droga, evitando exposição a raios-X, tendo acompanhamento médico e alimentando-se corretamente. (SOUZA; PRADO, 2008).

Após o nascimento, é importante realizar alguns procedimentos que podem ajudar a prevenir futuros problemas com a visão, como testes, exames e vacinações recomendadas. Além disso, o uso de medicamentos somente deve ocorrer com prescrição médica e a criança deve ter regularmente o acompanhamento do pediatra. (idem)

Segundo o IBGE, 14,5% da população brasileira possuem alguma deficiência ou incapacidade, o que representa mais de 24,6 milhões de pessoas, de acordo com os resultados do Censo de 2000. Entre essas pessoas 16,6 milhões apresentam algum grau de deficiência visual, e quase 150 mil se declararam cegos.

Entretanto, mesmo apresentando números relevantes de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, muitas pessoas ainda sofrem exclusão, preconceitos e rejeição da sociedade. Apesar de, nos últimos anos, os deficientes terem conquistado avanços significativos, ganhando cada vez mais destaque social, muita coisa ainda precisa ser feita para que estes não fiquem a margem da sociedade e não se sintam discriminados e excluídos.

O Estudo de Caso

A deficiente entrevistada foi Viviane¹ (42 anos), aluna do CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais), natural do Município de Salgado localizado no Estado de Sergipe, onde também reside atualmente. A entrevistada é solteira, não possui filhos, tem 15 irmãos, 4 somente por parte de pai e 11 por parte da mãe, seus pais já faleceram e ela mora atualmente com uma de suas irmãs.

Segundo a entrevistada, até os seus 26 anos de idade, tinha uma vida tranquila, teve uma infância e uma adolescência normal, concluiu o ensino médio e trabalhou por aproximadamente seis anos como professora de ensino fundamental na escola de uma de suas irmãs, localizada em um povoado de Salgado chamado Água Fria. Ela gostava muito de ensinar, certo dia, após um desentendimento com o noivo, ela provocou o seu envenenamento ingerindo uma dose elevada de carrapaticida (veneno utilizado para matar carapatos em cavalos), o que provocou a perda toda da visão.

Ao ser questionada sobre este atentado, relata:

Não queria me matar, foi uma coisa boba, não sabia direito o que estava fazendo, não li a bula, se tivesse lido não teria tomado tanto, só queria dar um susto nele (pausa)... Hoje não faria isso, me arrependo muito².

¹ O nome Viviane foi um nome fictício criado com o intuito de preservar a identidade da entrevistada.

² Os depoimentos da entrevistada estão grafados em itálico.

Contou-nos também que ficou aproximadamente dois meses em coma e ao se recuperar, foi informada pelo médico neurologista que a acompanha até hoje, que poderia ter tido várias sequelas, mas que havia perdido a visão.

Inicialmente, ficou muito desorientada e inconformada com a situação a qual se encontrava, durante algum tempo tentou de todas as formas recuperar a visão, sentiu muitas dificuldades, pois precisava sempre de uma pessoa por perto e essa dependência a incomodava.

Após dois anos convivendo com a deficiência, começou a frequentar o CAP, conheceu pessoas que vivenciavam as mesmas dificuldades e realidades semelhantes. De acordo com ela: “*não aceitei a condição de ser cega, me acostumei com essa situação, mas gostaria muito de voltar a enxergar*”. Atualmente, frequenta o centro dois dias na semana, as terças e as quintas pelo turno da manhã e participa das aulas de Educação Física.

Alguns anos atrás teve aulas de mobilidade, com a professora Ecy, onde foi estimulada a usar a bengala, no princípio, mostrou-se bastante resistente ao uso da bengala, mas, com a ajuda da professora foi se adaptando a usar.

Inicialmente, tinha que vim para Aracaju e/ou para o CAP acompanhada, hoje, após aderir o uso da bengala, vai para a instituição sozinha e afirma: “*Hoje não vou a lugar nenhum sem ela, ela são os meus olhos, não deixo que ninguém a toque ou a tirem de mim*”, afirma ainda que em casa, lava os pratos, roupas, faz a faxina do seu próprio quarto, toma banho sozinha e garante que, apesar das dificuldades e da insegurança, consegue se locomover para a maioria dos lugares sem precisar depender de outra pessoa.

Uma dificuldade para o portador de deficiência visual, sem dúvidas, é a locomoção. Dessa forma, condições de acessibilidade para que portadores possam ter uma vida social mais independente é um direito deles garantido por lei. Segundo o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009,

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (BRASIL, 2009.)

Dessa forma, é responsabilidade do Governo, mais precisamente do Estado, garantir a acessibilidade dos deficientes dos mais diversos modos, sejam eles físicos, de transportes, acesso a informação ou quaisquer outros serviços e instalações abertos ao público e de uso de todos.

O deficiente visual precisa de meios para que possa desenvolver a sua própria independência de acordo com as suas limitações. Não podemos confundir isso com paternalismo ou assistencialismo. Essa mentalidade leva a visão de que o deficiente é incapaz de estudar, de se relacionar com os demais, de trabalhar e de constituir família. Nesta perspectiva, desde cedo o deficiente deve ser incentivado e integrado a uma vida social ativa.

Saber lidar com o preconceito é outra realidade que os deficientes se deparam todos os dias. Um exemplo nos foi relatado pela entrevistada sobre uma situação vivida com uma amiga que era a pessoa que vinha acompanhado-a as aulas no CAP ou sempre que precisava vim a Aracaju.

Ela ficava comigo aqui no CAP, na hora de ir embora ela sempre dizia para eu desmontar e guardar a bengala, algumas vezes eu fiz o que ela pediu, mas um dia eu percebi que ela tinha vergonha que as pessoas a vissem na rua andando com uma pessoa utilizando bengala ai eu percebi que se ela tinha vergonha da minha bengala, também tinha vergonha de mim.

A imagem que algumas pessoas têm com relação aos deficientes é de que estes são incapazes, coitadinhos e que serão sempre dependentes dos outros. Visões como estas, levam a sentimentos de desprezo e indiferença. Entretanto, a oportunidade de conhecer a realidade dos portadores de deficiência, nos leva a perceber que apesar das suas limitações eles podem sim, ter uma vida social como qualquer outra pessoa e além de tudo sentir-se útil e ser útil para a sociedade. Desta forma,

Para que isso não ocorra, devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas. (SÁ et all, 2007, p.13)

Durante algum tempo, Viviane participou de aulas de Braille no CAP/DV, no entanto, apesar dos esforços dos professores e da sua força de vontade, ela não conseguiu de forma alguma aprender o Braille.

Acredito ter tido maior dificuldade por dominar o português, por saber ler e escrever (pausa) não escrevo nas linhas certinhas, mas se me derem qualquer papel escrevo sem problema algum, quando vou ao comércio e compro alguma coisa no cartão de crédito sempre que assino pergunto se ficou bom.

Essa fala da entrevistada nos chamou bastante atenção, pois acreditamos que o fato dela ser alfabetizada e dominar a língua portuguesa não influenciam diretamente na dificuldade encontrada por ela para aprender o Braille, muito pelo contrário, pois:

A velocidade da leitura em Braille depende da idade em que a pessoa aprendeu a ler, e também do grau de desenvolvimento do tato: quanto maiores forem as oportunidades para pesquisar e explorar o ambiente e quanto antes se iniciar o processo de alfabetização, melhor será a qualidade da leitura. (GIL, 2000, p.45)

Acreditamos que as dificuldades encontradas por ela foram outras e que com certeza influenciaram de maneira significativa no processo de aprendizagem do Braille.

O sistema Braille, foi criado por Louis Braille, em 1825, na França. O sistema é conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A combinação dos pontos é obtida pela disposição de seis pontos básicos, organizados espacialmente em duas colunas verticais com três pontos à direita e três à esquerda de uma cela básica denominada cela Braille. (SÁ et all, 2007)

Além do Braille, o deficiente visual utiliza-se de outros recursos para poder interpretar e se relacionar com o mundo, como os sentidos. Muitos acreditam que quando se é deficiente, os outros sentidos são mais desenvolvidos, entretanto, a capacidade e potencialidades dos sentidos são iguais para todos. O que ocorre no caso dos deficientes é

que, devido à ausência de um sentido ele recorre aos outros por necessidade de decodificar e interpretar informações, resultando em maiores habilidades no uso de alguns sentidos comparado a outras pessoas. Assim, é importante ressaltar que,

[...] o desenvolvimento aguçado da audição, do tato, do olfato e do paladar é resultante da ativação contínua desses sentidos por força da necessidade. Portanto, não é um fenômeno extraordinário ou um efeito compensatório. Os sentidos remanescentes funcionam de forma complementar e não isolada. (SÁ et all, 2007, p.15)

No caso da entrevistada, recorrer aos sentidos foi um meio que encontrou para interpretar e entender o que acontece a sua volta. Ela utiliza da audição para diferenciar os sons, o tato para reconhecer objetos, o olfato para sentir e reconhecer diversos cheiros e o paladar para especificar os gostos. Assim, os sentidos desenvolvem papel importante na compreensão e interpretação do mundo para aqueles que possuem alguma deficiência.

Além dos vários exemplos citados por Viviane no decorrer das nossas conversas, percebemos claramente o quanto ela possuí e desenvolveu a sensibilidade auditiva. Por várias vezes, virava o rosto em nossa direção acompanhando nossa voz.

Indagamo-la sobre o que fazia quando enxergava que atualmente não conseguia mais fazer e ela disse:

Adorava ensinar, também sempre gostei muito de viajar, passear, visitar os parentes distantes e infelizmente não posso mais fazer isso sozinha, venho para Aracaju sozinha porque sempre venho na mesma topique de um rapaz conhecido lá em Salgado, ele me pega na minha casa e me deixa aqui no CAP, na hora de ir embora ele me pega aqui e me deixa na porta da minha casa, mas apesar de tudo eu estou viva.

Nessa perspectiva, a peça chave está na sensibilidade de reconhecemos que somos todos iguais e diferentes ao mesmo tempo. Iguais perante a lei e diferentes enquanto pessoas. E é essa diferença, que precisa ser respeitada por todos, pois independente de sermos deficientes ou não temos direito de ter uma vida social ativa e plena e de exercermos a nossa cidadania.

Considerações Finais

Entendendo a visão como um dos cinco sentidos mais importantes do ser humano, ela é vista como o meio para se compreender e interpretar o mundo. A partir das informações que são recebidas e captadas pelo cérebro, o ser humano constrói e codifica suas concepções de mundo. A maioria das informações que recebemos são fornecidas através das imagens visuais, a perda ou a redução dessa capacidade que é atribuída a este sentido gera a deficiência visual.

Objetivando compreender a realidade de um deficiente visual, o presente trabalho trouxe questões relevantes a respeito da realidade vivida por eles, enfatizando questões a respeito de como a sociedade lida com o deficiente visual, bem como, quais os desafios, preconceitos e obstáculos que essas pessoas enfrentam no decorrer de sua vida, considerando que todos os seres humanos possuem direitos e que o Estado tem o dever de preparar a sociedade, assim como se responsabilizar pelo acesso e garantia de locomoção adequada para os deficientes.

Nessa perspectiva, foi possível perceber que um dos obstáculos e desafios da entrevistada foi o fato da mesma não aceitar ter se tornado deficiente visual. Outro fator percebido, através dos seus relatos, foi referente às dificuldades de locomoção e de autonomia, conquistadas posteriormente a partir de orientações e da ajuda de profissionais da instituição que frequentam atualmente (CAP). Além disso, a entrevistada teve que aprender a lidar com o preconceito das pessoas que por muitas vezes a discriminaram e a julgaram incapaz.

Desta forma, fica evidente não só por meio das teorias, mas também através de dados da realidade, que deficientes ou não, todos possuem a capacidade e o direito de estudar, trabalhar e viver. O deficiente passa por um processo de limitação, mas jamais deve passar por um processo de exclusão.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 15.11.2011

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. : il. - (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1. Acesso em: 10 nov. 2011.

SÁ, E.D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, B. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SOUZA, V. dos R.; PRADO, R. B. de S. **Vendo a UFS com outros olhos.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. Pró-Reitora de Graduação/ Departamento de Apoio Didático Pedagógico; CECH, Departamento de Educação, Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, 2008.

YIN, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2^a Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994). Investigação Qualitativa em Educação, Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora.

SILVA, Sheila A P. S. A pesquisa em educação física. 1996. Disponível em: <<http://www.efmuzambinho.org.br/refelnet/revusp/edicoes/1996/uspv10n1/8sheil.htm>>. Acesso em: 16/11/2011

Notas

ⁱ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marinha_lima@hotmail.com

ⁱⁱ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECEIMA) pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência (NUPIEPED). e-mail: prfernandes_17@yahoo.com.br